

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CONCEITO E IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS	19
2. O DIREITO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	25
3. BEM JURÍDICO-PENAL.....	29
3.1 Conceito e noções gerais.....	29
3.2 Relação do bem jurídico com os princípios constitucionais penais	30
3.3 Bem jurídico-penal e Constituição.....	32
3.4 Bem jurídico-penal difuso.....	33
4. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	35
4.1 Noções introdutórias	35
4.2 Dignidade humana e direito penal.....	40
4.3 A dignidade humana e o sistema carcerário	41
4.4 A dignidade da pessoa humana na fase de investigação criminal: o papel exercido pela mídia	45
4.5 Dignidade humana e crimes sexuais. A Lei 12.015/2009.....	47
4.6 A questão do <i>bullying</i> à luz da dignidade humana	49
4.7 O Direito Penal do inimigo à luz da dignidade humana. Aplicabilidade no Direito Penal brasileiro?.....	55
5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE	59
5.1 Noções introdutórias	59
5.2 Conceito e real significado da igualdade.....	60

5.3	Isonomia formal e isonomia material.....	63
5.4	A igualdade na individualização da pena	64
5.5	A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)	65
5.6	A Lei de Discriminação Racial (Lei 7.716/1989).....	69
5.7	Análise crítica da redação da Lei de Tortura.....	70
5.8	A proteção penal das pessoas portadoras de deficiência física.....	71
5.9	A parte criminal do Estatuto do Índio.....	75
5.10	Dos procedimentos investigativos da Lei do Crime Organizado.....	77
6.	PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ANTERIORIDADE	83
6.1	Noções introdutórias	83
6.2	O princípio da legalidade ao longo da história no Brasil	84
6.3	Significados do princípio da legalidade.....	86
6.4	Breves considerações sobre a origem histórica.....	88
6.5	Postulados do princípio da legalidade	88
6.6	O princípio da legalidade na teoria geral do crime	90
6.7	Características do tipo penal. A questão dos tipos penais abertos e das normas penais em branco	91
7.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL.....	95
7.1	Noções introdutórias	95
7.2	A lei processual penal	97
7.3	Lei penal benéfica em período de <i>vacatio legis</i>	98
7.4	A questão referente à Lei 11.464/2007	100
7.5	A Súmula Vinculante 26 do STF	103
7.6	A questão da Lei de Drogas	104
7.7	A retroatividade da lei benéfica e a execução penal	107
7.8	A retroatividade da lei penal nos crimes permanente e continuado.....	107

8. PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE DA PENA.....	109
8.1 Noções gerais	109
8.2 Os efeitos da sanção penal perante terceiros. O aspecto informal do princípio da personalidade da pena.....	110
9. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	113
9.1 Noções introdutórias	113
9.2 Visão geral das etapas da individualização da pena.....	114
9.3 Individualização legislativa.....	115
9.4 Individualização judicial.....	116
9.5 Individualização executória.....	123
9.6 O princípio da coculpabilidade no contexto da aplicação da pena.....	124
10. PRINCÍPIO DA HUMANIDADE	127
10.1 Noções introdutórias	127
10.2 Aspectos históricos	128
10.3 O período humanitário do Direito Penal. O papel de Beccaria na defesa de um Direito Penal humanizado e proporcional.....	130
10.4 O princípio da humanidade das penas em relação ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	133
Quadro sinótico dos princípios constitucionais penais explícitos	136
11. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	137
11.1 Noções introdutórias	137
11.2 O princípio da fragmentariedade	138
11.3 A Lei de Contravenções Penais à luz dos princípios da intervenção mínima e da fragmentariedade	139
11.4 Aspectos da Política Criminal atual. A influência da mídia e do clamor público na elaboração de leis penais.....	141
12. PRINCÍPIO DA ALTERIDADE	147
12.1 Noções introdutórias	147

14	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS	
12.2	O princípio da alteridade e a autolesão	148
12.3	A questão da Lei de Drogas	148
13.	PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	151
13.1	Noções introdutórias	151
13.2	Significados distintos da culpabilidade	151
13.3	Nexo de causalidade	153
13.4	Exceções ao princípio da culpabilidade	153
13.5	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	154
13.6	A questão da embriaguez	157
14.	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	159
14.1	Noções introdutórias	159
14.2	Das proibições de excesso e proteção insuficiente	161
14.3	Conteúdo do princípio da proporcionalidade.....	162
14.4	Proporcionalidade e razoabilidade	164
14.5	A proporcionalidade em relação à Parte Especial do Código Penal.....	166
15.	PRINCÍPIO DA LESIVIDADE OU OFENSIVIDADE.....	169
15.1	Noções gerais	169
15.2	Os crimes de perigo abstrato.....	170
16.	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	175
17.	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL	181
	Quadro sinótico dos princípios constitucionais penais implícitos	183
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185